

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Wagner deixa liderança do governo no Senado

Repercussão do caso Master tornou insustentável permanência no cargo

/ GOVERNO FEDERAL

O senador Jaques Wagner (PT-BA) anunciou que deixará a liderança do governo no Senado. A decisão foi tomada após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Palácio do Alvorada, de onde saiu às 16h40min desta quarta-feira. O encontro com Lula durou cerca de duas horas. “Decidimos, em comum acordo, que me afastei da liderança do governo no Senado”, escreveu o petista em suas redes. “Neste momento, minha prioridade absoluta é provar minha inocência”, acrescentou Wagner.

Lula discutiu com Wagner o futuro do senador na liderança do governo no Senado. Na semana passada, Wagner foi alvo de uma operação de busca e apreensão da Polícia Federal, no âmbito das investigações sobre o escândalo de fraudes bilionárias do Banco Master.

As lideranças do governo são cargos de representação dos interesses do Poder Executivo no Congresso Nacional. Na Câmara, o líder é o deputado federal gaúcho Paulo Pimenta (PT). Com a saída de Wagner, o governo deverá designar um substituto para a liderança no Senado.

Na semana passada, Wagner foi alvo da nona fase da Operação Compliance Zero, que apura os vínculos do ex-banqueiro Daniel Vorcaro e a suposta participação do petista no esquema. A PF suspeita que Wagner tenha recebido um imóvel de R\$ 2,5 milhões e pagamentos de propina que totalizaram R\$ 3,5 milhões por meio de uma empresa ligada a um de seus familiares.

Em nota, Wagner nega que tenha atuado em favor do Banco Master ou qualquer outra instituição financeira em seu mandato parlamentar. Sobre o imóvel citado pela PF, o senador declarou que ele

não integra o patrimônio do líder do governo.

Lula se irritou com Wagner após o senador ter dito à Band News que falou com o presidente da República após a operação da Polícia Federal. Na ocasião, Wagner disse que Lula prestou apoio a ele.

A campanha de Lula avaliou que a operação contra Wagner contaminou Lula, por ressuscitar no eleitorado a pecha de corrupção que marcou o PT nos escândalos do mensalão e do petróleo.

O presidente do PT, Edinho Silva, o PT da Bahia e parlamentares da bancada petista defenderam a presunção de inocência de Wagner. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), também defendeu o trânsito em julgado.

Wagner é um dos mais longevos aliados políticos de Lula em Brasília. Os dois são amigos desde a década de 1970.



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Leite estrangeiro, vacas brasileiras

A aprovação, na Comissão de Agricultura da Câmara, do projeto que proíbe a reconversão de leite em pó importado em derivados industrializados traz de volta um debate que, há muito tempo, ecoa nas propriedades rurais do País: até onde o Brasil está disposto a sacrificar sua produção nacional em nome de uma aparente vantagem de mercado? A proposta do deputado Zé Silva (União-MG) nasce de uma realidade preocupante. Em muitas regiões, o produtor vende leite abaixo do custo de produção. Enquanto isso, o leite em pó importado chega mais barato, é reconstituído e abastece parte da indústria nacional.

O desaparecimento silencioso

Os números apresentados pelo deputado federal gaúcho Heitor Schuch (PSD, foto) são alarmantes. Há cerca de 20 anos, o Rio Grande do Sul possuía 84 mil produtores de leite. Hoje, restam menos de 20 mil. Não foi uma mudança natural de mercado. Foi o resultado de secas sucessivas, crises econômicas, exigências crescentes de escala e uma concorrência internacional que nem sempre disputa em igualdade de condições. Cada produtor que abandona a atividade representa menos renda no Interior, menos empregos e menos circulação econômica nos pequenos municípios.



VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

TRF-4 libera R\$ 221 milhões em pagamento de RPVs

/ JUDICIÁRIO

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) irá começar a realizar os pagamentos das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) recebidas no tribunal no mês de maio de 2026 e devidas pela União Federal, suas autarquias e fundações estarão disponíveis para saque pelos beneficiários a partir do dia 1º de julho.

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou ao TRF-4 os limites financeiros no valor de R\$ 548.828.566,87.

Deste volume total, R\$ 471.508.991,69 correspondem a matérias previdenciárias e assistenciais, como revisões de aposentadoria, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, que somam 24.559 processos, com 35.247 beneficiários.

Do valor total liberado, estão sendo disponibilizados R\$ 221.206.095,66 para o Rio Grande do Sul, para 27.249 beneficiários. Já em Santa Catarina, 13.336 beneficiários vão receber R\$ 130.575.595,49.

Para os beneficiários do estado do Paraná, será pago o montante de R\$ 197.046.875,72, alcançando 18.840 pessoas.

Em caso de dúvidas, a Secretaria de Precatórios do Tribunal Regional Federal da 4ª Região disponibiliza dois

números para esclarecimentos: (51) 3213-3470 e (51) 3213-3473, com atendimento ao cidadão das 13h às 18 horas.

Papo Amigo

REUNIÃO-ALMOÇO DA ADCE

LIDERANÇA EM TEMPOS DE INCERTEZA

PALESTRANTE:

MANUIR

MENTGES

Doutor em Educação, especialista em Gestão da Educação, com MBA em Gestão de Projetos, Gestão Empresarial e Executiva em Finanças, além de ter formação nas áreas de Teologia e Filosofia, desenvolvendo pesquisas em Ciências Humanas, com foco em Educação, Gestão, Internacionalização e Redes de Cooperação para a Educação Superior. Desde dezembro de 2024, é reitor da PUCRS.

DATA

25 JUN

11H:15 MISSA;
12H PALESTRA-ALMOÇO

R\$ 65,00

PAGAMENTO NO LOCAL

Confirme presença via whatsapp:

51 99300.4085

LOCAL: IGREJA SÃO MANOEL, AV. LUCAS DE OLIVEIRA, 711

*Estacionamento ao lado, na Faculdade Altus.

PATROCINADORES



CO-ORGANIZAÇÃO:



O risco da dependência

Schuch sustenta uma tese que merece reflexão. O Brasil protege diversos setores estratégicos, mas continua permitindo a entrada de lácteos sem mecanismos mais eficazes de controle. O parlamentar defende cotas de importação e lembra um exemplo conhecido: a dependência brasileira dos fertilizantes importados que elevou os custos e reduziu a autonomia do País. A lógica é simples. Quando a produção nacional desaparece, a dependência externa cresce. E quem vende passa a determinar o preço.

Gol contra

A frase mais forte da entrevista resume o sentimento de muitos produtores. “Comprar leite em pó lá fora e colocar água para transformá-lo em leite aqui, é como a Seleção Brasileira fazer dois gols contra antes de começar o jogo.” A comparação pode parecer exagerada, mas traduz a percepção de quem vê o País abrir mão de uma cadeia produtiva que gera empregos, movimenta cooperativas, mantém indústrias e sustenta milhares de pequenas propriedades rurais.

Desafio: encontrar o equilíbrio

O consumidor precisa de preço justo. Mas o produtor também precisa sobreviver. Encontrar esse equilíbrio talvez seja o principal desafio, porque depois que a última vaca embarcar para o frigorífico, não haverá projeto de lei capaz de reconstruir rapidamente o que foi perdido.

Bibo vê risco fiscal em projeto para escolas

A Câmara aprovou a urgência do projeto que retira do arcabouço fiscal os investimentos em construção e reforma de escolas. A deputada Tabata Amaral (PSB-SP) defende a medida para ampliar recursos da educação com receitas de royalties do petróleo e gás. O relator, Moses Rodrigues (União-CE), estima investimentos de R\$ 280 bilhões. Já o deputado federal gaúcho Bibó Nunes (PL) criticou a proposta, afirmando que ela cria um “aumento velado” dos gastos públicos e ameaça a disciplina fiscal do País.